

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.226.175 - SC (2017/0332460-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : ADELIR DALL'ORSOLETTA
AGRAVANTE : ADIVAN TRANSPORTES E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : RODRIGO NIEHUES BACHA E OUTRO(S) - SC021955
AGRAVADO : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS
NAO-PADRONIZADOS NPL I
ADVOGADOS : ALEXANDRE DE ALMEIDA E OUTRO(S) - SC031074A
MICHELE WEIZEMANN - RS075017
CARMINE KRINSKI SLODKOWSKI - RS097943

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CONTRATOS ANTERIORES. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

ADIVAN TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA. e outro (ADIVAN e outro) opuseram embargos do devedor em face de execução de título extrajudicial ajuizada por FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CRÉDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL-1, sucedido por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (BANCO), nos quais ADIVAN e outro alegam nulidade da execução pela ausência da cédula bancária original, bem como dos contratos renegociados que deram origem a ela, ilegitimidade passiva do avalista e continência com ação revisional.

A sentença rejeitou liminarmente os embargos do devedor, sem resolução de mérito (e-STJ, fls. 118/122).

Interposta apelação por ADIVAN e outro, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 148):

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SENTENÇA DE REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. RECURSO DOS EMBARGANTES.

AUSÊNCIA DE PLANILHA DE CÁLCULO EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 917, §§3º E 4º, DO CPC/15 (ART. 739-A, §5º, DO CPC/73). FEITO QUE NÃO SE RESTRINGE APENAS AO EXCESSO DE EXECUÇÃO.

QUESTÕES AFETAS À ILEGALIDADE DE ENCARGOS PACTUADOS NA CÉDULA EXECUTADA. SUFICIÊNCIA NA INDIVIDUALIZAÇÃO DO QUE ENTENDEM ABUSIVOS. ELABORAÇÃO POR PARTE DOS EMBARGANTES SE TORNARIA PROVIDÊNCIA INÓCUA, NO CASO EM ESPECÍFICO, POIS O MONTANTE DEVIDO DEPENDE DA DECISÃO JUDICIAL PARA BALIZAR O QUE DEVERÁ SER APLICADO.

TÍTULO ORIGINAL. ACOSTADO JUNTO AOS AUTOS DE EXECUÇÃO.

OPERAÇÕES ANTERIORES À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, A QUAL DECORREU DA RENEGOCIAÇÃO DELAS. PRETENSÃO REVISIONAL ADSTRITA APENAS AO TÍTULO EXECUTADO. ADEMAIS, QUANDO INSTADOS A POSTULAREM POR PROVAS A PRODUZIR, SILENCIARAM, O QUE CORROBORA COM A DISCUSSÃO REVISIONAL SE LIMITAR AO PACTO EM QUESTÃO.

AVAL. PARTE QUE ASSINOU A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO NA QUALIDADE DE AVALISTA. LEGALIDADE DA GARANTIA.

CDC. INCIDÊNCIA.

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CONTRATO FIRMADO APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.963/2000. SÚMULA 539 DO STJ. PACTUAÇÃO IMPLÍCITA. POSSIBILIDADE. PERCENTUAL ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DO MENSAL. SÚMULA 541 DO STJ. VIABILIDADE DA PRÁTICA.

COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. ENCARGO NÃO PACTUADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL.

REPETIÇÃO DE INDÉBITO E COMPENSAÇÃO. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE ENCARGOS ABUSIVOS, O QUE ACARRETA NA FALTA DE VALORES A SEREM DEVOLVIDOS OU REPETIDOS.

MORA. AUSÊNCIA DE ENCARGOS ILEGAIS NO PERÍODO DE NORMALIDADE. RESPONSABILIDADE DOS EMBARGANTES PELO INADIMPLEMENTO. INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS MORATÓRIOS.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXTRAJUDICIAIS. ENCARGO QUE NÃO SE REVELA ABUSIVO PORQUE ASSEGURADA A RECIPROCIDADE EM PROL DOS CONSUMIDORES, ORA EMBARGANTES.

HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, §§1º E 11, DO CPC/15. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO, DE OFÍCIO, PORQUE A SENTENÇA É POSTERIOR À VIGÊNCIA DO ATUAL CPC. CONTRARRAZÕES APRESENTADAS.

SUCUMBÊNCIA DOS EMBARGANTES (APELANTES).

Recurso conhecido e provido no sentido de cassar a sentença e proferir novo julgamento.

Os embargos de declaração opostos por ADIVAN e outro foram rejeitados (e-STJ, fls. 174/180).

Inconformado, ADIVAN e outro interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação do art. 783 do NCPC e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que a cédula de crédito bancário não goza de certeza, liquidez e exigibilidade, haja vista a ausência de juntada dos pactos anteriores, pois é incontroverso que se trata de renegociação.

Não foram oferecidas contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a incidência da Súmula nº 7 do STJ. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação do referido óbice.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Dos contratos anteriores e da executividade da cédula de crédito bancário

ADIVAN e outro alegaram que a execução era nula, tendo em vista que não foi instruída com os contratos renegociados que deram ensejo à cédula de crédito bancário que lastreia a presente demanda executiva.

A esse respeito, o Tribunal de origem assim concluiu:

Mesmo que se tenha por verdadeira alegação de que o contrato em tela advém da renegociação de pactos anteriores, em momento algum os embargantes direcionaram pretensão revisional em face desses outros contratos.

Ademais, a petição inicial não trouxe a indicação, mesmo que singela, de qualquer contrato que precedera e esteja diretamente ligado à celebração do contrato executado.

Assim sendo, mesmo que despido de outros contratos anteriormente celebrados que tenham dado causa ao que ora está sendo executado, evidentemente não há como se exigir do banco embargado a apresentação de qualquer outro documento (e-STJ, fl. 929 – sem destaques no original).

Verifica-se que os fundamentos acima destacados não foram impugnados de forma específica nas razões do recurso especial, a atrair a incidência da Súmula nº 283 do STF, por analogia.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de ADIVAN e outro, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator